



2011/2015

O Ecetista

Informativo do Sintect - SP

Sede: Rua Canuto do Val, 169, Santa Cecília - CEP: 01224-040 Tel. 3822 6186 / 5598 - Fax 3822 5601
Subsede CTP/Zona Oeste: Rua Jaguaré Mirim, 316-A - Tel: 3834-2571/3832 2053
Subsede Sorocaba: Rua Mato Grosso, 265 - Santa Terezinha, Sorocaba - Tel (015) 3211 4461
Subsede ABC: Rua Presidente Carlos de Campos, 96, Centro, Santo André - Tel. 2325 5598
Subsede Guarulhos/Alto Tietê: Avenida Estilac Leal, 90, Centro, Guarulhos, Tel. 2408 6890

Abril de 2013

Filiado a



Caos na ECT
Luta também é contra os assaltos e por melhores condições de trabalho
Veja no verso



Faça uma visita ao site oficial do SINTECT-SP - www.sintect-sp.org.br - Ou procure o SINTECT-SP nas redes sociais:



Na luta por PLR e melhores condições de trabalho

Mesmo no Ministério Público do Trabalho empresa insiste em privilegiar “estratégicos” e manter o GCR - Proposta de conciliação foi insuficiente e decisão ficou para nova rodada no dia 30/04 - Se não houver avanços na PLR, o Sindicato chama todos a se mobilizar e paralisar a partir de 2 de maio

Assembleia de GREVE dia 2 de maio!

19h00, CMTC Clube, Av. Cruzeiro do Sul, 808, Metrô Armênia

A luta da categoria é pela negociação e pagamento da PLR 2012, que deve ser paga agora. Pela conclusão da negociação da PLR 2013, a ser paga em 2014 (assembleia dia 04 de abril aprovou os itens em que houve consenso entre a FINDECT e a ECT e rejeitou o uso do GCR e a parcela estratégica, que a empresa quer impor). E por melhores condições de serviços em todas as unidades da ECT.

Após muitas reuniões de negociações, no dia 23/04 ocorreu uma Audiência de Mediação sobre a PLR no Ministério Público do Trabalho, em Brasília, a pedido da FINDECT.

Mais uma vez a direção da Empresa deixou claro que está irredutível. Não quer aceitar mudanças nos critérios que ela criou, de separar 10% do valor a ser distribuído para beneficiar uns poucos privilegiados (os “estratégicos”), e de usar o GCR como critério para definir o pagamento.

Os representantes sindicais deixaram claro ao Ministério Público do Trabalho a sua discordância com esses pontos. Primeiro, porque são todos estratégicos para os resultados da empresa. Separar 10% para alguns é discrimi-

nação. E segundo porque é inaceitável o uso do GCR. Ele possui critérios subjetivos, que dependem do que os chefes acham. Além disso, chefes maldosos ou mal preparados o usam para pressionar os trabalhadores. Não passa de uma forma de manipulação e coação da Empresa em cima dos trabalhadores, que são avaliados de forma subjetiva, e sem o direito legal de questionar tal avaliação.

Negociações de 2011

Os representantes da FINDECT esclareceram ao Ministério Público que foram poucas vezes em que a ECT negociou de fato a PLR. Quando ocorreram negociações, a PLR foi paga sem vinculação ao GCR e

outros critérios prejudiciais, como ocorreu em 2011. Isso comprova que a Empresa tem como melhorar a sua proposta.

Além disso o DEST (Departamento de Controle das Estatais) afirmou que aceitará a proposta negociada entre a direção da Empresa e as representações dos trabalhadores, o que deixa claro que é a ECT que não quer negociar.

Proposta insuficiente

Mesmo após 6 horas de debate, a Empresa se manteve intransigente na sua proposta de PLR. Diante do impasse o Ministério Público do Trabalho fez uma proposta baseada na da ECT: de passar a parcela estratégica de 10%

para 8%; alterar a meta corporativa de 30% para 50%; e formar uma comissão paritária para discutir os excluídos pelo GCR.

No entendimento da FINDECT essa proposta ainda é muito ruim. Por esse motivo é fundamental a mobilização da categoria para pressionar a direção dos Correios, e a presença de todos na Assembleia marcada para o dia 2 de maio.

Foi marcada uma nova reunião entre o Ministério Público, a Empresa e a FINDECT no dia 30 de abril, sobre a PLR. Se não houver avanços concretos, é mobilizar para a GREVE A PARTIR DA ASSEMBLEIA DO DIA 2 DE MAIO.

Veja atas das reuniões e maiores informações sobre as negociações da PLR no site do SINTECT-SP

Audiência Pública sobre assaltos evidencia o descaso e o abandono da empresa

A Audiência foi realizada no dia 18 de abril na Assembleia Legislativa de São Paulo, e teve a importância de dar visibilidade ao grave problema dos assaltos aos trabalhadores dos Correios e aprofundar a cobrança de soluções da ECT e do poder público

O Deputado Estadual Carlos Gianazzi, que convocou a Audiência, fez ao final uma síntese precisa do que foi visto e ouvido. Ele constatou que os trabalhadores dos Correios estão abandonados. A empresa não dá o suporte necessário às vítimas de assaltos, nem jurídica nem psicológica, e as medidas que ela tomou até agora não surtem efeito. A Secretaria de Segurança Pública também não adotou medidas efetivas, e a polícia tem se mostrado despreparada, sobretudo ao expor o trabalhador a constrangimentos e a riscos nos reconhecimentos dos meliantes, sem contar que muitas vezes criminaliza o trabalhador.

O Deputado Alcides Amazonas também participou da Audiência, prestou sua solidariedade e se colocou à disposição da categoria, lembrando que na época em que foi diretor do Sindicato dos Condutores de São Paulo, a sua categoria teve que parar São Paulo, com greves de motorista e cobradores de ônibus, justamente devido aos constantes assaltos que levaram à morte de diversos trabalhadores.

Além dos trabalhadores da base do SINTECT/SP participaram da Audiência dirigentes sindicais dos Sindicatos do interior de São Paulo (Campinas, Vale do Paraíba, Bauru, Santos e Ribeirão Preto), representantes da direção dos Correios da DR-SPM e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Deputados Estaduais.

Trabalhadores denunciam vários problemas

O companheiro Diviza, Presidente do SINTECT-SP, foi um dos primeiros a falar. Ele parabenizou a todos pela presença e lembrou que a mobilização dos trabalhadores dos CEEs contra os assaltos e vários outros problemas, como falta de funcionários, sobrecarga de trabalho, falta de segurança, falta de materiais básicos de trabalho, falta de limpeza, instalações precárias, entre outros, já começaram a trazer vitórias.

A realização da Audiência foi uma delas. Outra foi a garantia dada pela empresa, em reunião com o Sindicato, de que instalará chips nas encomendas para facilitar a localização em caso de assaltos, sem colocar em risco os trabalhadores.

A empresa também se comprometeu a rever o uso das travas de segurança, que têm levado os ecetistas a

sofrer ameaças de morte e agressões dos assaltantes, que querem obrigá-los a abrir as portas dos veículos.

Outro compromisso da Empresa foi o de ampliar a quantidade de escoltas, sendo que o valor disponível para a contratação das mesmas foi majorado.

Diviza também cobrou suporte da empresa aos companheiros vitimados. Vários deles compareceram à Audiência e expuseram o drama vivido. Um carteiro contou ter sido assaltado 27 vezes. E explicou todo o constrangimento por que passa a vítima. Primeiro, há o trauma e o perigo do assalto.



Diviza, durante sua intervenção na Audiência - Na mesa, dirigentes de outros Sindicatos de Correios do Estado, Deputados Estaduais e representantes dos Correios e da Secretaria de Segurança

Quando comunica a chefia, é perguntado somente sobre os objetos, o que deixa claro que a empresa se preocupa só com as encomendas.

Há casos em que, irregularmente, a polícia leva o trabalhador na viatura para procurar os bandidos, expondo-o abertamente. Em outros casos, quando chamado para reconhecimento em delegacias, o trabalhador é colocado

no mesmo ambiente que os meliantes, o que representa grande perigo. Sem contar o tempão que perde para ser atendido, e o fato de ficar sozinho, pois o Correio não o acompanha. E depois de tudo isso, na maioria das vezes volta a trabalhar no mesmo distrito onde foi assaltado e já é conhecido pelos assaltantes. Em muitos casos quando o trabalhador procura atendimento psicológico, se sente ainda mais humilhado.

Secretaria reconhece erros e empresa se esquivava

O representante da Secretaria de Segurança Pública reconheceu que há erros nos procedimentos policiais, pois vítimas jamais podem ser confrontadas com meliantes, nem nas delegacias nem nas ruas. Disse que vai levar o problema à Se-

cretaria de Segurança, para que dela parta orientação às delegacias e aos comandos da Polícia Militar.

Disse ainda que a Secretaria entende que o problema dos assaltos aos trabalhadores dos Correios é muito mais de segurança privada

que pública, uma vez que a ECT cobra pelo serviço que faz e é a principal responsável por tomar medidas para garantir as entregas e proteger seus funcionários.

Já o representante da ECT se limitou a apresentar as medidas

que a empresa têm tomado, como a colocação das travas, que não ajudaram a resolver o problema. Ele afirmou ainda que a empresa encaminhará a instalação dos chips, mas se calou quanto ao acompanhamento e ao assessoramento aos assaltados.

Os trabalhadores demonstraram disposição para paralisar os serviços, e isso obrigou a empresa a começar a ceder. Mas é preciso avançar e para isso a luta a partir do dia 02 de maio é fundamental!